

Célio Azevedo



Apoio à educação infantil

Comissão de Justiça aprova proposta que obriga poder público a assegurar creche ou pré-escola a crianças de até 6 anos

Mais de 12 milhões de crianças na faixa etária de até 6 anos podem se beneficiar de educação gratuita em creches e pré-escolas.

Proposta nesse sentido, de autoria da senadora Heloísa Helena, aprovada ontem pela Comissão de Justiça, vai agora ao Plenário.

Página 6

RECONHECIMENTO Na CCJ, senadores destacam a importância de dar proteção e estudo a crianças menores de 7 anos

Simon vê trama para "esvaziar o Congresso"

O senador Pedro Simon levanta a suspeita de que existe um movimento para retirar do Congresso a atribuição de fiscalizar. Isso ocorreria com a desmoralização do instituto da CPI. Deputados decidem entrar

com representação no Conselho de Ética contra o presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias. Alvaro se defende afirmando que os denunciadores querem abafar irregularidades apuradas pelo Congresso.

Página 5

Tarso Genro: governo tem projeto para reforma profunda na educação

Ministro da Educação afirma, no Senado, que ensino público superior para menos favorecidos, como negros e índios, é o primeiro passo para garantir acesso à educação de qualidade para todas as camadas da população.

Página 6



J. Freitas

Relator espera aprovação das parcerias este ano



Márcia Kallume



Ao participar de seminário no Senado, o relator do projeto sobre as parcerias público-privadas (PPPs), Valdir Raupp, manifestou confiança na aprovação da proposta pelos senadores antes do fim do ano. Autor de emendas que alteram o projeto, Tasso Jereissati observou que não é contra a proposta, mas alguns de seus pontos.

ESPERANÇA Raupp (foto menor) afirma que acordo em torno de emendas de Jereissati (na foto maior, segundo à esquerda) cria possibilidade de aprovação

Página 2



ABUSO Ação dos fiscais do Ibama junto ao Cooperfrigo teve motivação política, denuncia Eduardo

Eduardo protesta contra fechamento de frigorífico

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) protestou contra a aplicação de multa de R\$ 100 mil e o fechamento, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do frigorífico Cooperfrigo, localizado em Gurupi (TO). Segundo disse, a ação dos fiscais ambientais, calcada na alegação de que a empresa estaria poluindo uma represa próxima, teria sido motivada por disputa política e usurpado atribuição do Instituto Natureza do Estado do Tocantins (Naturatins).

Após apontar superposição do Ibama à atuação do órgão ambiental estadual, o parlamentar informou que a Naturatins concluiu, ao analisar o caso, que não havia razão para o Cooperfrigo ter sido lacrado.

– O Ibama não tinha competência legal para fazê-lo – avaliou Eduardo, que deverá relatar o episódio em ofício ao presidente do órgão, Marcus Luiz Barros, e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Em apartes, Eduardo recebeu apoio dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), João Ribeiro (PFL-TO), Sibá Machado (PT-AC) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Para Raupp, Senado deve aprovar as PPPs este ano

■ Relator do projeto, o senador ressalta avanços na negociação entre lideranças da oposição e do governo

Durante o seminário "Parcerias Público-Privadas – Quem Ganha, Quem Perde", realizado ontem, o relator do projeto que institui normas para contratações de parcerias, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), reafirmou sua confiança na aprovação da matéria pelo Senado antes do fim deste ano. Ele destacou que o entendimento entre os líderes das bancadas avançou, tendo sido acertada

a realização de audiências públicas.

De acordo com Raupp, as mudanças acordadas com a oposição pelos líderes do governo, em torno de pontos como a emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que exige 50% de capital privado nas PPPs e a fixação de limites para a participação dos fundos de pensão das estatais, reforçam a possibilidade da aprovação da matéria.

O relator recebeu o apoio do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), um dos palestrantes do evento. Para Jereissati, na forma original, o projeto das PPPs feria tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal quan-

to a Lei das Licitações. O Conselho Gestor, por exemplo, disse ele, formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo chefe da Casa Civil, tem plenos poderes para escolher a obra e a empreiteira.

– Não somos contra a idéia, mas sim contra o jeito que ela veio da Câmara – garantiu.

O seminário, que segundo Raupp funcionou como audiência pública, contou com a participação do presidente do Conselho Regional de Economia do DF, Roberto Piscitelli; do economista João Paulo Magalhães; e de representantes da União Nacional dos Analistas de Finanças e do Sindicato dos Auditores da Receita Federal.



ERRO Deputado desconhece estados ao propor fim da autonomia em favor da União, diz Mozarildo

Mozarildo critica proposta sobre a Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) declarou-se estarecido com matéria divulgada pela Agência Câmara com a manchete "Estados amazônicos podem tornar-se territórios federais". Trata-se de idéia do deputado Almir Moura (PL-RJ), que propõe plebiscito nos estados da Amazônia Legal para transformá-los em territórios e extinguir sua autonomia em favor da União.

De acordo com Mozarildo, o deputado acredita que a mudança favorecerá a ocupação ordenada da região. O senador lamentou que um deputado desconheça a região e informou que os estados da Amazônia são os que mais têm floresta conservada, ao contrário do Rio de Janeiro, que praticamente só tem a floresta da Tijuca.

Comissão debate exploração de petróleo no Brasil

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento de Ney Suassuna (PMDB-PB) para realização de audiência com Sebastião do Rego Barros, diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para prestar esclarecimentos sobre prospecção de petróleo. Outro requerimento do senador também acolhido propõe audiência com Sérgio Machado, presidente da Transpetro, e Carlos Lessa, presidente do BNDES, sobre distribuição de petróleo.

O colegiado deve ouvir ainda o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, José Alexandre Nogueira, e o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquáticos, Carlos Nóbrega, sobre a compra de programas da Microsoft, conforme requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG).

Agenda

Plenário faz homenagem à Legião da Boa Vontade

A hora do expediente da sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, vai homenagear a Legião da Boa Vontade (LBV) pela passagem dos 15 anos de inauguração do Templo da Boa Vontade, em Brasília. Por se tratar de sessão não deliberativa, não haverá votação de projetos.



Ivo Cassol participa de audiência pública

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, participa de audiência pública hoje na Comissão Temporária Externa das Questões Fundiárias, às 10h. O colegiado

discute a demarcação de terras indígenas em Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará.

Planejamento estratégico

O Interlegis promove amanhã, a partir das 9h, em seu auditório, videoconferência sobre noções básicas de planejamento estratégico, além da experiência nacional e internacional em planejamento de longo, médio e curto prazos.

Administração pública

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Amarildo Bresso, fala sobre os desafios da administração pública no programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje, às 12h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado aprova demarcação de parque em SC

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 107/02) que trata da demarcação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina. O parque, que fica no sul do estado, foi criado em 1961 para proteger os trechos remanescentes de bosques de araucárias, mas até hoje não teve sua área definitivamente demarcada.

Pelo texto aprovado, que volta à apreciação dos deputados, serão considerados limites do parque de 49,3 mil hectares "a confluência do Rio Pelotas com o Arroio Campo Bom, também denominado Arroio da Costa, junto à antiga capela de Santa Bárbara, em Bom Jardim da Serra, subindo na direção norte por cerca de 7,5 km". O extremo norte será a leste da Vila de Pericó, passando por limites entre os municípios de Bom Jardim da Serra e Urubici.

Também na sessão de ontem foi aprovada a retirada de tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei (PLC 16/04), enviado pelo Executivo, que trata da utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) como fonte primária e exclusiva de dados que serviriam de base para a concessão de benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social.

Ao justificar o pedido de retirada do projeto de lei em mensagem enviada ao Congresso, o ministro da Previdência Social, Amir Lando, explica que a matéria já está tratada em lei (8.213/91) de forma mais adequada e impeditiva de fraudes nas informações exigidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Uso de faróis durante o dia pode ser obrigatório



PREVENÇÃO João Alberto afirma que a medida não implicará gastos adicionais para os usuários

■ Senado acolhe projeto de lei que aumenta visibilidade dos veículos nas estradas e rodovias do país

O Senado aprovou ontem projeto de lei originário da Câmara (43/02) obrigando os condutores de veículos a manterem os faróis acesos durante o dia ao trafegarem em rodovias.

Na justificativa de seu pa-

recer favorável, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador João Alberto Silva (PMDB-MA) afirma ser inegável que o uso dos faróis, em qualquer circunstância, aumenta a visibilidade do veículo, tornando o trânsito mais seguro. Ademais, os benefícios apontados não implicam custos adicionais significativos para os usuários.

Como o texto foi modificado no Senado, o projeto será votado novamente na Câmara.

Acolhida regulamentação de acervo bibliográfico

O Plenário aprovou ontem três das quatro emendas propostas pela Câmara ao projeto de lei do Senado que regulamenta o depósito legal de publicações junto à Biblioteca Nacional (PLS 110/88). O depósito legal é a obrigatoriedade de editores encaminharem ao menos um exemplar de obras publicadas para a Biblioteca Nacional, assegurando "o processo de registro e guarda da bibliografia nacional e criando condições para a permanente atualização da bibliografia

brasileira corrente", assinalou o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O projeto foi apresentado em 1988 pelo ex-senador e ex-ministro da Educação Jarbas Passarinho e aprovado no ano seguinte pelo Senado. Voltou da Câmara em 1995, com quatro emendas, sendo duas delas de redação. Em 1999, a Comissão de Educação (CE) acolheu parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos



DEFESA Jereissati diz que estão criadas as condições para a atualização da bibliografia nacional

(PSDB-TO) sobre as emendas e o projeto foi incluído na ordem do dia em abril de 2003. Quando for sancionada, a nova norma legal irá substituir o Decreto nº 1.825, de 1907.

Adiada discussão do orçamento impositivo

Das dez propostas de emenda à Constituição (PEC) em pauta na ordem do dia, apenas quatro cumpriram ontem o rito de discussão no Plenário.

As demais sofreram adiamento desse processo, incluindo a PEC 22/00, de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que institui o orçamento impositivo. Com a

aprovação da PEC de Antonio Carlos, o Orçamento da União passaria a ser de cumprimento obrigatório pelo chefe do Poder Executivo, que, se desconsiderar essa determinação, irá incorrer em crime de responsabilidade. No entanto, o Executivo pode pedir o cancelamento ou o contingenciamento da matéria.

O adiamento da discussão da

PEC 22/00 levou à suspensão da análise das PECs 77/99, 28/00 e 24/00, que tramitam em conjunto por também tratarem de questões orçamentárias.

Medida idêntica foi estendida às PECs 81/03, que fixa os princípios da atividade regulatória, e 15/04, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que sejam sede de município.



INTEGRAÇÃO Segundo Tebet, órgão vai servir de meio para cooperação com países produtores do grão

Criado Grupo Parlamentar do Café

O Plenário aprovou o projeto de resolução (PRS 55/03) que institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café, que será integrado por senadores e deputados e funcionará como meio de cooperação interparlamentar do Brasil com países produtores de café.

Segundo o autor do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a criação do grupo visa principalmente proteger o setor cafeeiro nacional, incentivando e desenvolvendo relações entre os Poderes legislativos de países exportadores do grão e organizações parlamentares internacionais congêneres.

Aeroporto de S. José dos Campos tem novo nome

O Senado aprovou o projeto da Câmara dos Deputados (PLC 3/04) que dá a denominação de Aeroporto de São José dos Campos – Professor Urbano Ernesto Stumpf ao aeroporto daquele município paulista. O relator da matéria foi o senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

O professor Stumpf graduou-se como engenheiro aeronáutico na primeira turma do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Zambiasi crê no aumento da exportação do vinho brasileiro

Ao comemorar a aprovação pelo Plenário, na terça-feira passada, do projeto de iniciativa da Câmara que estabelece padrões a serem seguidos na produção e comercialização do vinho brasileiro em razão de normas do Mercosul, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse acreditar que, após a sanção presidencial da matéria, serão ampliadas as condições de competitividade do produto no mercado externo.

O projeto, lembrou o senador, define os vários tipos de vinho, estabelece categorias de acordo com a cor e o teor de açúcar e fixa parâmetros de graduação alcoólica. Zambiasi ressaltou que os relatores da matéria, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), expressaram o entendimento de que a adequação do vinho brasileiro aos padrões internacionais aumentará a participação do país no

mercado externo.

– O vinho nacional vem melhorando de qualidade, chegando a ser premiado no exterior – afirmou o senador, acrescentando que os investimentos feitos nas vinícolas do Rio Grande do Sul, responsáveis por 90% da produção brasileira, e a abertura de novas áreas produtoras no Vale do São Francisco (Bahia e Pernambuco), têm garantido equilíbrio nas trocas com o exterior.

Zambiasi também registrou matéria publicada na revista *Veja* destacando a qualidade dos espumantes gaúchos. No ano passado, os espumantes brasileiros ganharam 23 medalhas nos sete principais concursos internacionais realizados na França, Inglaterra, Itália e nos Estados Unidos. Neste ano, a participação brasileira nas mesmas competições rendeu às vinícolas nacionais 35 medalhas.



QUALIDADE Zambiasi destaca prêmios recebidos no exterior pelos espumantes gaúchos

Suplicy destaca a atuação de prefeita em São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a atuação da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), e manifestou apoio à candidata, que disputará o segundo turno das eleições municipais com o ex-senador José Serra (PSDB). Mesmo lembrando as relações de amizade com o tucano – que conheceu no movimento estudantil nos anos 60 –, Suplicy afirmou que Marta merece continuar à frente da prefeitura paulistana.

– A prefeita vem realizando um trabalho notável na direção de promover maior justiça em nossa cidade. Isso certamente vai contribuir para que todos possamos viver com melhor qualidade, maior harmonia, de acordo com os anseios de solidariedade e fraternidade.

Em discurso na última terça-feira – que o *Jornal do Senado* volta a noticiar por considerar que o texto divulgado não refletiu o pensamento do parlamentar –, Suplicy enumerou algumas iniciativas da prefeita, a exemplo do programa dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), que combina ensino e atividades culturais, como cinema, teatro, música, dança e esporte. Outro ponto destacado foi a distribuição de uniformes para as crianças da rede municipal, a melhoria nutricional da merenda escolar, a expansão do Programa de Saúde da Família e a renovação de frota de ônibus da cidade.

O bom desempenho da prefeita, segundo Suplicy, foi reconhecido pela população, pois, segundo ele, “as zonas eleitorais mais distantes, onde vive a população mais carente, deram a vitória a Marta”.

Suplicy disse ser testemunha da boa relação que os dois candidatos, hoje em confronto, mantiveram no passado.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) assinalou que não era ético utilizar a tribuna para fazer campanha e que Serra não era candidato dos ricos, tendo demonstrado sua preocupação com os pobres à frente da Pasta da Saúde. Suplicy respondeu que conhecia os méritos de Serra e disse que tinha o direito de manifestar sua opinião no Plenário.

Ideli elogia a nota do comandante do Exército

■ Manifestação sobre caso Herzog traduz posição da força militar e do presidente Lula, afirma a senadora

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), considerou ontem, em discurso no Plenário, encerrado o episódio das fotos publicadas pelo *Correio Brasileiro*, em que o jornalista Vladimir Herzog aparece nu e humilhado como prisioneiro do regime militar, em 1975, e o da nota do Centro de Comunicação Social do Exército, que se seguiu, segundo ela, em termos semelhantes às antigas “ordens do dia” militares. Para Ideli, a nota seguinte, assinada pelo comandante do Exército desautorizou completamente a primeira nota.

– A segunda nota, assinada pelo general Francisco de Albuquerque, representa verdadeiramente a posição do Exército Brasileiro e do presidente Luiz



CORREÇÃO Ideli: nota de Francisco de Albuquerque desautoriza a do Centro de Comunicação Social

Inácio Lula da Silva. É uma nota que desautoriza os termos absurdos da primeira nota. O assunto está encerrado, e ninguém quer reavivar um passado trágico, que traumatizou todo o país – disse Ideli Salvatti.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o presidente Lula, o comandante do Exército e a líder do PT, dizendo que ocorreu o erro da primeira nota, mas houve a grandeza de se repor as coisas em seus devidos termos.

Lobão afirma que morte do jornalista chocou o país

Contemporâneo de Vladimir Herzog no jornalismo profissional, Edison Lobão (PFL-MA) disse que a morte do jornalista foi um dos acontecimentos mais lamentados no país, tendo chocado “notadamente o general Ernesto Geisel, então presidente da República, e o oficialato das Forças Armadas”.

Lobão também leu da tribuna a nota do comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, divulgada na terça. A nota “deu um ponto final no episódio”, afirmou o senador, referindo-se à nota anterior, do Centro de Comu-

nicação Social do Exército, considerada pelo comandante como “não apropriada” e “não condizente com o momento histórico atual”.

A primeira nota foi motivada por reportagem do *Correio Brasileiro* com fotos de Vladimir Herzog antes de sua tortura e morte no DOI-Codi, em 1975.

– Recordamos todos que o general-presidente, em face da inominável e fatal violência que se presumiu de imediato tivesse sido infligida a Vladimir, não teve qualquer hesitação em sacrificar a carreira militar de colegas da sua confiança e

O senador Cristovam Buarque (PT-DF), por sua vez, ressaltou que o episódio teve a vantagem de separar as instituições, que são permanentes, das pessoas que as dirigem e que, às vezes, não estão à altura da tarefa.

Ideli leu a íntegra da nota assinada pelo general Francisco de Albuquerque, em que ele lamenta a morte de Herzog e admite excessos. A senadora afirmou que “a morte de Vladimir Herzog mudou os rumos do regime militar, foi um marco, impediu muitas outras mortes”.

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou Francisco de Albuquerque, a quem classificou como “uma das melhores figuras das Forças Armadas”, e lembrou trecho de livro de Elio Gaspari. No texto, o jornalista diz que, quando Ernesto Geisel demitiu o comandante do II Exército, Ednardo d’Ávila Melo, “assegurou a predominância da força civil sobre a força militar”.



POSTURA Pronunciamento do general Albuquerque representa o sentimento da caserna, diz Lobão

amizade pessoal, destituindo-os imediatamente das suas funções – destacou.

Para Edison Lobão, a nota de Albuquerque diz “tudo aquilo que os brasileiros sabem responder aos sentimentos do nosso Exército”.



AÇÃO Sibá anuncia que vai encaminhar representação ao Conselho de Ética

Sibá Machado aponta disputa política na CPI da Terra

Sibá Machado (PT-AC) manifestou sua indignação diante da disputa política que, segundo ele, tomou conta dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista da Reforma Agrária e Urbana, a chamada CPI da Terra, da qual é integrante. Ele relatou a ocorrência de muitas irregularidades, que culminaram no vazamento para jornais de informações obtidas pela CPI por meio da quebra de sigilos bancários e fiscais.

Diante disso, Sibá afirmou que resolveu informar aos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney, sobre os acontecimentos e foi aconselhado a pedir providências ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e encaminhar uma representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Para o senador, se for permitido que as CPIs se tornem palco de disputas partidárias e ideológicas, o Senado perderá um instrumento poderoso de investigação.

Sibá Machado contestou ainda a oportunidade de um relatório paralelo da CPI, elaborado pelo presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Medidas dessa natureza enfraquecem a CPI, insistiu.



CRESCIMENTO Segundo Aelton Freitas, número de prefeitos do partido no estado aumentou 45,9%

Aelton exalta desempenho do PL em Minas

O senador Aelton Freitas (MG) destacou, em discurso no Plenário, o desempenho de seu partido, o PL, no primeiro turno das eleições municipais deste ano e enfatizou o aumento de 45,9% no número de prefeitos da legenda em Minas Gerais. O partido, que detinha 61 prefeituras no estado, passou a ter 89 após a última eleição, podendo chegar a 90 se vencer o segundo

turno em Uberlândia com o deputado estadual João Bittar, afirmou o parlamentar.

Conforme Aelton Freitas, o PL obteve 1,228 milhão de votos no estado, um crescimento de 87,4% em relação ao pleito anterior, quando arrebanhou 655 mil eleitores. O partido elegeu ainda 840 vereadores e 92 vice-prefeitos. Nas outras cidades mineiras com segundo turno – Con-

tagem, Juiz de Fora e Montes Claros –, o partido está representado com candidatos a vice-prefeito, disse.

Ele informou que a presença feminina também foi destaque na campanha do PL em Minas Gerais. Das 42 prefeitas eleitas, 14 são filiadas ao partido. Para Aelton, “o brilhante desempenho nas eleições municipais é uma demonstração clara da unidade e do vigor da legenda”.

Jane Araújo



REPRESENTAÇÃO Romeu Tuma (C), corregedor do Senado, acompanha audiência em que o deputado João Alfredo presta informações a José Sarney

Membros de CPI querem investigar vazamento

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o deputado João Alfredo (PT-CE), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Reforma Agrária e Urbana, acompanhado pelo senador Sibá Machado (PT-AC) e pelos deputados Jamil Murad (PCdoB-SP), Luci Choinacki (PT-SC) e José Geraldo (PT-PA), todos membros da comissão. Eles comunicaram a decisão de entrar com representação junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa contra o presidente da CPMI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que teria divulgado dados confidenciais referentes à quebra de

sigilo fiscal e bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado e, por isso, integrante do Conselho de Ética, acompanhou a audiência. O deputado João Alfredo disse que Alvaro Dias teria vazado à imprensa informações que só poderiam ter sido divulgadas aos membros da CPMI em reunião secreta. Também assinam a representação as senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Alvaro diz que acusação visa abafar irregularidades

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse repudiar veementemente qualquer acusação de que tenha divulgado ilegalmente dados confidenciais do sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que vem sendo investigada pela CPI. Em entrevista à Rádio Senado, Alvaro afirmou que os integrantes da chamada CPI da Terra que fizeram a denúncia pretendem abafar irregularidades apuradas pelo Congresso.

– Esses parlamentares não têm autoridade moral, nem competência, para insinuar qualquer tipo de irregularidade que eu possa ter cometido na presidência da CPI da Terra. Creio que é uma agressão não ao parlamentar, mas a uma instituição parlamentar. É a tentativa de abafar mais uma CPI, tal como fizeram com a CPI do Valdomiro (Diniz, ex-



DEFESA Alvaro Dias afirma que dados de posse da CPI não são exclusivos do relator

assessor da Casa Civil) e com a CPI de Santo André – frisou.

Alvaro Dias salientou que os dados de posse da comissão não são exclusivos do relator. Ele observou também que uma das informações mais graves – que diz respeito à transferência de recursos da Concrab para a conta do dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, José Rainha – não teve origem na comissão, mas na imprensa e no Ministério Público.

Simon aponta trama para "esvaziar o Congresso"

■ "Algo de muito grave, triste e melancólico está acontecendo. Não sei a origem, mas sei o objetivo"

“Nem na época da ditadura militar o Congresso se viu reduzido à humilhação que vive hoje.” A afirmação, motivada pela possibilidade das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito da Terra e do Banestado terem seus trabalhos inviabilizados, foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele levantou a suspeita de que existe uma trama para retirar do Congresso suas principais atribuições.

– Algo de muito grave, triste e melancólico, que nunca ocorreu no Congresso, está acontecendo agora. Não sei a origem, mas sei o objetivo. Estão querendo esvaziar do Congresso uma de suas missões mais importantes: a de



CRÍTICA Simon lamenta decisão dos líderes governistas de não indicar membros da CPI dos Bingos

fiscalizar. O direito de legislar, já nos tiraram, pois quem legisla hoje é o presidente da República, por meio de medidas provisórias.

Na avaliação do senador, o Congresso transformou-se em um “atrapalho” para o Executivo. Para Simon, em vez de enviar um projeto para a Câmara, discutir a matéria com os líderes, aprová-la nas comissões e no Plenário, e depois acompanhar novamente toda a tramitação no Senado, o gover-

Regras para compor CPI mobilizam comissão

A manobra regimental que inviabilizou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos voltou a ser discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto de resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa um prazo de cinco dias para que os líderes indiquem os nomes que irão compor as comissões parlamentares de inquérito, e determina que, em caso de seu não cumprimento, caberá ao presidente do Senado a escolha dos membros, foi o item mais debatido da pauta.

Mas, em função da observação do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) de que o projeto precisaria fazer remissão a todos os artigos que tratam das CPIs, para evitar brechas na aplicação do Regimento Interno, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), sugeriu que ele pedisse vista para acertar com Simon e o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), as modificações necessárias. Lobão disse que a CCJ precisa resolver todas as dúvidas em relação ao texto que será submetido à Comissão Diretora do Senado.

Simon concordou com a emenda que será apresentada por Crivella.

– Pensei que o meu projeto estivesse perfeito. Mas é bom fechar todos os lados.

Jefferson afirmou em seu relatório que foi a omissão no regimento do Senado que impediu a instalação da CPI dos Bingos. “Entendeu-se que o presidente do Senado não poderia indicar os representantes da comissão, em substituição à indicação dos partidos”, registrou. Segundo o relator, a posição vencida de que isso poderia ser feito está apoiada na aplicação do princípio da analogia no Direito brasileiro, conforme a Lei de Introdução ao Código Civil, invocando, portanto, o que diz o Regimento Comum das duas Casas.

Jefferson apresentou emenda ao projeto de Simon que permite ao presidente do Senado “certa margem de arbítrio para definir o momento de indicar os membros da comissão, sem afastar a obrigação de fazê-lo”.

no federal tem preferido editar medida provisória, que entra imediatamente em vigor.

De acordo com o senador, até o ano passado o Congresso era a única instituição brasileira em que, com seriedade, responsabilidade e rapidez, eram apurados casos de corrupção. Ele lembrou que um diretor do Ministério da Fazenda no governo Fernando Henrique Cardoso costumava comemorar quando eram instaladas CPIs, por considerar que com elas a Receita Federal podia obter dados negados pela Justiça.

Em vez de investigar, Simon disse que hoje existe um sentimento de boicotar as investigações. Ele criticou a decisão dos líderes ligados aos partidos da base do governo, que, em março deste ano, resolveram não indicar integrantes para a CPI dos Bingos. Destacando que CPI, constitucionalmente, é um direito da minoria, Simon observou que a decisão mancha a história do Congresso e dos signatários do documento.

Pedro Simon criticou a atuação do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que encabeçou o documento assinado pelos líderes engavetando a CPI dos Bingos. “Esses líderes rasgaram a Constituição”, enfatizou, ao explicar que a Carta Magna garante o direito da minoria de criar CPI, já que ela poderá ser solicitada mediante requerimento assinado por um terço dos senadores.

Simon lembrou o papel que as CPIs têm desempenhado na apuração de denúncias e criticou a campanha para a desmoralização da CPI do Banestado. Sibá Machado (PT-AC) propôs a limitação do número de CPIs. A defesa desse instrumento, como indispensável para a sociedade e para a atuação dos parlamentares na fiscalização e controle na aplicação dos recursos públicos e na apuração de denúncias, foi feita por Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto de Simon recebeu ainda apoio de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Senador lembra papel que CPIs têm desempenhado na apuração de denúncias



MÉRITO Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovaram parecer favorável à proposta de Heloísa Helena

Rosevelt Pinheiro

Célio Azevedo

Educação infantil pode se tornar dever do Estado

■ Proposta, que vai ao Plenário, assegura atendimento gratuito a crianças de até 6 anos, em creche ou pré-escola

A obrigatoriedade de o poder público assegurar educação gratuita a todas as crianças de até 6 anos de idade, em creches e pré-escolas, poderá tornar-se realidade no país. Proposta nesse sentido, de iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e vai agora a discussão no Plenário.

Na justificativa da proposta, que modifica o inciso IV do arti-

go 208 da Constituição, Heloísa afirma não ser possível "conceber que a educação visando à construção das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais da pessoa humana seja assumida pelo Estado junto às crianças somente a partir dos 7 anos de idade". A senadora pondera que as bases desses procedimentos têm início no útero da mãe.

Heloísa Helena argumenta ainda que a educação infantil não deve ser entregue quase exclusivamente aos pais ou responsáveis, como ocorre atualmente, e nem pode ser assumida como local de "guarda de crianças" para que as mães trabalhem.

O relator da PEC (40/00), senador Tião Viana (PT-AC),

acredita que a medida é da maior relevância para o país diante do desafio de garantir proteção e estudo a mais de 12 milhões de crianças na faixa etária de até 6 anos.

– O mérito da proposta é inquestionável e está à altura da biografia e do interesse social da sua autora – disse Tião Viana.

Em apoio à PEC, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou que a educação ainda é o caminho para que a família pobre melhore suas condições de vida. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também considerou meritória a proposição, pois, assinalou, visa atender de forma universal e pública a um segmento que significa o futuro do país.

Cristovam volta a defender federalização das escolas

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) voltou a defender, ontem, a federalização da educação básica, que reúne a educação infantil e os ensinos fundamental e médio. Ele explicou que a federalização não significa que o governo deva assumir todas as 180 mil escolas, nem os 2,5 milhões de professores e nem tentar gerenciar de Brasília todo o sistema estadual e municipal de ensino.

– A federalização significa que o governo federal tomará as crianças brasileiras como uma preocupação nacional,

suas escolas como uma preocupação de todo o Brasil e não de cada cidade – explicou o senador.

Cristovam disse que a educação, que deveria ser o instrumento de identidade nacional, está sendo o "vetor da desidentidade", por causa da "diferença brutal" entre uma escola e outra. Ele sugeriu que o governo assumira três responsabilidades: definir um mínimo para o salário e a qualificação do professor brasileiro aprovado em concurso público; um mínimo para o conteúdo do



SOLUÇÃO Cristovam diz que ensino deve ser tratado como preocupação nacional, e não de cada cidade

currículo de cada série; e um mínimo para as edificações e equipamentos escolares.

Ele foi apartado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Edison Lobão (PFL-MA).

Gerardo Magela

Genro: é preciso garantir um ensino de qualidade

O ministro da Educação, Tarso Genro, disse que a política que destina cotas de vagas no ensino público superior para setores menos favorecidos da sociedade – como afrodescendentes, indígenas e alunos do sistema público de educação – não é solução para as dificuldades educacionais do país, mas sim uma política pública imediata e afirmativa que contribui para o processo educacional.

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE), o ministro observou que a solução para o problema é garantir acesso à educação de base de qualidade para todas as camadas da população. Para se conseguir isso, acrescentou, é necessário o país adotar um conjunto de estratégias.

– O governo tem um projeto de reforma profunda da educação brasileira. Queremos chegar a uma educação republicana, democrática, qualificada, moderna, de amplo acesso. As políticas de cotas para negros e indígenas e pessoas oriundas do acesso público ao nível superior são impulsos através dos

quais se pode chegar ao nosso objetivo maior.

Devido ao pequeno número de senadores presentes, o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), transferiu para data a ser marcada o debate entre os parlamentares e o ministro, que apenas fez uma exposição inicial. Genro colocou-se à disposição da comissão para voltar a discutir o tema. O ministro acredita ser importante que a sociedade debata políticas afirmativas dessa natureza e afirmou que pretende estabelecer com o Senado uma relação de diálogo democrática e de alto nível.

O ministro garantiu que o governo defende as cotas por entender que no Brasil há uma fusão entre a questão racial e problemas sociais, mas que a solução do problema precisa de ações de curto, médio e longo prazos. Tarso Genro defendeu a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), estruturação de políticas de formação de professores, criação de escolas de gestores, e promoção do ensino a distância para licenciatura.



AUDIÊNCIA Tarso Genro (E), ao lado de Osmar Dias, afirmou que a política de cotas no ensino superior não representa solução para problema educacional

J. Freitas

Senadores debatem Bolsa-Família

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o senador Osmar Dias externaram ao ministro da Educação, Tarso Genro, a preocupação com a falta de recursos para o Programa de Educação Tutorial (PET), que financia pesquisas científicas no país. O ministro afirmou estar ocorrendo o problema jurídico para fazer o pagamento das bolsas, mas garantiu que o Ministério está buscando uma solução.

Já os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) questionaram o ministro sobre reportagem veiculada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, denunciando mau uso de recursos do programa Bolsa-Família.

Tarso Genro explicou que o governo pretende unificar o número de inscrição nos programas governamentais e que o controle desses recursos está sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social. Acrescentou que as denúncias de que pessoas com bom nível de renda receberiam recursos do programa mostram que há falta de controle sobre as responsabilidades a cumprir com relação aos inscritos no programa e sobre o seu padrão de renda. "É natural que haja um percentual de deformações, mas não são tão graves", assinalou o ministro, garantindo que o Executivo está corrigindo a situação.

ONGs deverão obedecer a normas rígidas

Os gestores de associações ou fundações poderão ser punidos com penas de reclusão de dois a cinco anos, além de multas, se deixarem de repassar no prazo e na forma legal os valores ou bens móveis destinados a essas entidades. Com esse objetivo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) a projeto de lei (PLS 9/03).

O projeto foi apresentado pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apurou as denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs). O senador disse que o projeto visa moralizar essas entidades. Agora, a matéria irá a Plenário.

Mozarildo citou parte do relatório final da CPI das ONGs, segundo o qual a importância e a velocidade dessas organizações não foram acompanhadas dos imprescindíveis mecanismos de controle estatal.

Audiências para discutir idade de aposentadoria

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de audiências públicas com o objetivo de orientar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que eleva de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória no serviço público, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. A PEC também adapta à nova idade-limite os artigos da Constituição referentes à idade de membros do Judiciário.

Deverão ser convidados, em datas a serem definidas, os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Defesa, José Viegas Filho; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

Viana lembrou que a matéria é complexa, tendo sido rejeitada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal na legislatura passada.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também apoiou a realização das audiências.

Em busca de solução para emendas ao Orçamento

João Paulo diz que ele e Sarney concordam sobre necessidade de acordo no âmbito da comissão mista

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que negou ter conversado sobre a emenda da reeleição e disse que tratou de dois assuntos: a remessa ao Senado das medidas provisórias aprovadas pelos deputados e a necessidade de uma solução política para a apresentação de emendas ao Orçamento.

– Chegamos à conclusão de que o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Bernardo, deve procurar as lideranças da Câmara e do Senado e tentar achar o caminho para um acordo político, e depois apresentar ao presidente Sarney para que tenha uma resolução regimental.

A respeito de declarações do



SAÍDA Segundo João Paulo (D), presidente da comissão deve negociar acordo com lideranças que permita a Sarney encaminhar solução regimental

ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, defendendo a aprovação da emenda da reeleição, o deputado afirmou, risonho: “Eu agradeço, mas não está na pauta não”. Cunha vê

como “parte do jogo parlamentar” as ameaças de obstrução na Câmara: “Tenho dito aos deputados que a sociedade espera que a Câmara cumpra seu papel e vote as matérias”.

Osmar cobra explicações sobre recursos da Cide

O senador Osmar Dias (PDT-PR) voltou a cobrar do governo federal explicações sobre a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada em razão do estado precário das rodovias brasileiras. Na sua opinião, o governo comete crime de responsabilidade ao mudar a finalidade desses recursos.

Osmar Dias lembrou que 70% das safras brasileiras são transportadas por rodovias. Ele disse que as estradas, os portos e os aeroportos não têm recebido o dinheiro necessário para recu-

peração e modernização.

– Há hoje uma situação de caos completo, principalmente em nossas rodovias. Levantamento feito pelo próprio Dnit aponta que 83% da malha rodoviária do Brasil se encontram em situação precária e isso significa custo enorme para o setor produtivo.

O senador mencionou artigo publicado pelo presidente da Federação de Agricultura do Paraná com números que ele considerou estarrecedores: nos Estados Unidos, para colocar num porto uma tonelada de grãos produzidos numa fazen-



GRAVIDADE Osmar Dias ressalta que 83% das rodovias brasileiras se encontram em situação precária

da o custo é de US\$ 9; na Argentina esse custo sobe para US\$ 10 e, no Brasil, para US\$ 23.

Para Osmar, esse custo tem a ver com a situação das rodovias e com o caos no sistema de escoamento da produção.

Tourinho quer compensação para estado exportador

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) cobrou do governo a inclusão das dotações orçamentárias destinadas aos estados exportadores no Orçamento Geral da União de 2005, que deverá ser votado até o final do ano legislativo. A seu ver, a inexistência das dotações na mensagem presidencial enviada ao Congresso “é inaceitável” e contraria a política de incentivos à exportação praticada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

As dotações previstas na legislação constitucional, e não incluídas para o ano que vem, recompensam estados exportadores que sofrem desoneração fiscal em vista da renúncia de arrecadação do ICMS, conforme determina a Lei Kandir, lembra o senador.

Segundo Tourinho, estados exportadores – como a Bahia, que ele representa – dependem do incentivo fiscal que as dotações orçamentárias representam, uma vez que

enfrentam uma “penúria fiscal” sem precedentes. O senador recorda que apenas nos anos iniciais da vigência da Lei Kandir os estados foram satisfatoriamente compensados.

Em 1996 foi aprovada a Lei Kandir, de autoria do então deputado Antonio Kandir. Ela determina que sejam isentos das cobranças do ICMS bens e serviços exportados, mediante a compensação, pela União, dos valores não arrecadados pelos estados.

Parlamentares tchecos visitam o Senado

Cinco senadores da Comissão Constitucional e Legislativa da República Tcheca visitaram ontem o Senado. O objetivo foi conhecer a Casa e debater com os parlamentares brasileiros questões de interesse comum. Jaroslav Kubera, presidente da delegação, e os demais senadores – Pavel Janata, Edvard Oustrata, Jaroslav Kubín e Ladislav Macák – pretendem avaliar os atos do Parlamento brasileiro e comparar com a Constituição tcheca e com outras regras da sua legislação.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), destacou as semelhanças entre o Senado brasileiro e o da República Tcheca. Jaroslav Kubera enfatizou a importância da troca de informações entre os dois países.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), disse acompanhar os acontecimentos na República Tcheca e fez perguntas sobre o desenvolvimento de seu sistema político e as dificuldades e perspectivas em decorrência da participação na União Européia. Jaroslav Kubera disse que a República Tcheca é hoje uma democracia estável, mas ainda assim há um combate entre idéias socialistas e liberais.

Suplicy mencionou a Lei da Renda Básica de Cidadania, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula. Ele perguntou ao senador se há, na República Tcheca, algum sistema que assegure a todos os cidadãos o direito a uma renda básica. O presidente da comissão tcheca respondeu que sim, afirmando ainda que, por ser muito alta, a renda básica oferecida em seu país acaba, às vezes, não motivando as pessoas a procurarem emprego.



"PENÚRIA" Tourinho cobra do governo inclusão de dotações no Orçamento de 2005

Patrus Ananias deve falar à CAS sobre o Bolsa-Família

■ Colegiado quer discutir com o ministro as medidas necessárias para evitar problemas no acesso ao programa

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, será convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para informar sobre as ações do governo no sentido de combater os abusos cometidos no cadastramento das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família, mostrados no último domingo pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo. A data do encontro ainda será marcada.

De acordo com a matéria veiculada pela *TV Globo*, até pessoas pertencentes à classe média estariam sendo beneficiadas com o recebimento de recursos para a compra de gás de cozinha e para apoio a crianças em idade escolar, em detrimento das famílias carentes ou situadas abaixo da linha da pobreza.

A idéia de convidar Patrus Ananias partiu da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC),



DEBATE Requerimento de Ideli sugerindo o convite ao ministro foi assinado por Arns e por Lúcia Vânia (foto menor), presidente da CAS

que apresentou requerimento nesse sentido. Para ela, o próprio ministro mostrou-se interessado em vir ao colegiado para detalhar o programa e ouvir sugestões para que o Bolsa-Família seja mais bem fiscalizado.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), enalteceu o requerimento apresentado por Ideli, chegando a subscrevê-lo, a exemplo do senador Flávio Arns (PT-PR), que propôs a entrada de entidades, como as Associações de Pais e Mestres, no controle do



José Cruz

programa.

Ideli concordou e disse que a sociedade civil deve participar da fiscalização, no sentido de aperfeiçoar o programa, uma vez que ele, conforme observou, beneficia cerca de 6,5 milhões de famílias, com a alocação de quase R\$ 6 bilhões somente este ano.

Suplicy: implantar o programa Renda Básica elimina fraudes

Elogiando a qualidade da reportagem veiculada pela *TV Globo* sobre as fraudes em programas sociais do governo de transferência de renda (Bolsa-Escola e Bolsa-Família), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu à emissora de televisão que ajude o governo a explicar didaticamente quem tem direito a receber os benefícios.

– Isso é responsabilidade dos meios de comunicação – afirmou.

O senador recomendou ainda ao ministro Patrus Ananias que dê essas explicações quando anunciar as medidas que está tomando para evitar a ocorrência de fraudes. Ele acrescentou que a solução para acabar de uma vez por todas com o problema seria a implantação de-

finitiva do Programa de Renda Básica de Cidadania.

– A melhor maneira é pagar igualmente a todos os brasileiros a renda básica de cidadania. Todos teriam direito, independentemente de raça, classe social, idade, sexo, religião, mas os mais ricos contribuiriam mais para isso. Acaba com a burocracia envolvida e com as fraudes, e vai acabar também com a picuinha de se essa ou aquela pessoa tem televisão, videocassete e Internet. Elimina o estigma da vergonha de a pessoa ter que admitir ser tão pobre, ganhar tão pouco, que precisa desse benefício – assinalou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que, se fosse o presidente Lula, coloca-



Roosevelt Pinheiro

EFICIÊNCIA Para Suplicy, programa de sua autoria acaba com problemas na definição de beneficiários

ria Suplicy à frente do Programa de Renda Básica de Cidadania. Para ele, não há ninguém que conheça mais esse assunto do que Suplicy.

– Esse projeto tem tudo para dar certo, mas o governo precisa ter um pouco mais de humildade – disse Simon, que ainda defendeu a adoção do registro único como forma de evitar fraudes nos programas sociais.

Projeto obriga notificar casos de contaminação por agrotóxico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) determinando que também serão notificados às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de contaminação por agrotóxicos. O projeto (PLC 14/04) vai agora a exame do Plenário.

Atualmente, segundo a lei que trata da organização das ações da vigilância epidemiológica, são objeto de notificação as doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, e as doenças constantes da relação elaborada pelo Ministério da Saúde.

O parecer foi aprovado com emendas apresentadas pelo senador Flávio Arns (PT-PR), com destaque para a que inclui o termo “agrotóxico e afins” no rol da notificação, como desfolhantes, dessecantes e



estimuladores, além de substâncias químicas e biológicas destinadas ao uso nos setores da produção, do armazenamento e do beneficiamento de produtos agrícolas.

Tião Viana, ao enaltecer o projeto, observou que os agrotóxicos são usados em larga escala no país, “constituindo-se em grave ameaça à saúde da população, principalmente dos trabalhadores que com eles têm contato direto, muitas vezes sem contar com os equipamentos de proteção”.

Malta critica Cade por rejeitar compra da Garoto

O senador Magno Malta (PL-ES) protestou contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de rejeitar a proposta da Nestlé que viabilizaria o processo de compra da fábrica de chocolates Garoto, no Espírito Santo. Segundo o parlamentar, a Nestlé teria aberto mão de 10% de seus ativos para se enquadrar nas exigências do Cade, que teria vetado a fusão com o argumento de que a mesma propiciaria concentração de mercado.

Embora o Cade tenha admitido essa oferta como um fato novo no processo Nestlé/Garoto, Magno Malta disse que o órgão se recusou a reabri-lo, alegando que o ato iria ferir o regimento interno.

Além de defender a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), o senador pediu pressa na votação de projeto de decreto legislativo de sua autoria que susta os efeitos da decisão que vetou a compra



Roosevelt Pinheiro

SIGILOS Malta também condena “estratégia em curso para desmoralizar as CPIs”

da Garoto pela Nestlé.

Ainda na sessão de ontem, Magno Malta condenou a “estratégia em curso para desmoralizar as CPIs”. O parlamentar referiu-se a projeto de lei, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que exige a quebra dos sigilos telefônico, bancário e fiscal dos integrantes dessas comissões.

– Isso é uma coroação ao crime organizado – comentou. Na sua opinião, a medida vai contribuir para afastar os parlamentares das CPIs, colocados sob suspeição pelo simples fato de integrá-las, e para reforçar o descrédito da sociedade sobre essas comissões especiais.